



UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS ECOSSOCIALISTAS À LUZ DE QUE FAZER?

Sávio Freitas Paulo

Universidade Federal Fluminense (UFF)

savio.freitas37@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa alguns argumentos desenvolvidos por autores da literatura ecossocialista buscando relacioná-los com as teses de Lenin, sobretudo no que se refere à organização de um movimento efetivamente combativo ao modo de produção capitalista, responsável pela atual iminência climática. Na primeira seção foi realizada uma breve exposição das principais ideias desenvolvidas pelos teóricos do ecossocialismo; na segunda seção analisou-se aquelas diretrizes consideradas mais problemáticas; e, por fim, foram apresentadas as propostas ecossocialistas que parecem mais adequadas ao enfrentamento da iminência climática, que tende a se agravar num futuro próximo.

Palavras-chave: ecossocialismo; crise climática; organização revolucionária.

Abstract

This paper analyzes some arguments developed by authors of ecosocialist literature, seeking to relate them to Lenin's theses, especially about the organization of a movement effectively combating the capitalist mode of production, responsible for the current climate crisis. In the first section, a brief exposition of the main ideas developed by the theorists of ecosocialism was carried out; in the second section, those guidelines considered more problematic were analyzed; and, finally, the ecosocialist proposals that seem to be more adequate to face the climate imminence, which tends to worsen soon, were presented.

Keywords: ecosocialism; climate crisis; revolutionary organization.

JEL Codes: Q5; P1; B5.

1. Introdução

O desenvolvimento do modo de produção capitalista vem acompanhado da crescente devastação de áreas verdes, do crescimento desenfreado das cidades, da proliferação de grandes indústrias e de meios de transportes extremamente poluentes, do esgotamento da fertilidade de áreas cultiváveis etc., sendo possível perceber que, ainda no século XIX, já despontam na literatura esparsas manifestações teóricas que tangenciam as questões ecológicas (seja

de caráter marxista ou não). Contudo, essa temática só adquire maior visibilidade no debate social e científico em meados do século XX, quando se observa a consolidação de um movimento ambientalista pluridisciplinar. A partir daí, a investigação dos impactos dos seres humanos sobre a natureza ganha maior relevância e se torna um elemento que povoa a vida cotidiana de todos os seres humanos no planeta. Em linhas muito gerais, pode-se dizer que o pensamento ambientalista se consolida primeiramente como uma tentativa de



implementar uma “economia verde”, que busca efetuar uma exploração sustentável dos recursos naturais do planeta.

Especialmente a partir dos anos 1980, emergem na tradição marxista estudos relacionados às pautas ambientais. Esta vertente do marxismo se consolida como o ecossocialismo. Como apresenta Fernandes (2020, p. 94), esse movimento se estabelece na medida em que pensadores socialistas passam a ter contato com os desenvolvimentos teóricos do movimento ambientalista mundial. Os primeiros ecossocialistas realizam uma síntese entre o pensamento socialista (vermelho) e as preocupações ambientalistas (verde). Esse agrupamento teórico é tido pela literatura como o primeiro estágio do pensamento ecossocialista, sendo possível reconhecer, em seu processo de desenvolvimento até os dias atuais, a formação de pelo menos mais dois estágios¹.

Nesse sentido, à luz da iminência climática já em curso e em processo de intensificação, este trabalho propõe resgatar os principais elementos da célebre obra de Lenin, *Que fazer?* (1902 [2015]), buscando contrastá-los com o tratamento sobre a temática revolucionária desenvolvida por importantes pensadores do pensamento ecossocialista, com destaque para as formulações de Michael Löwy, John Bellamy Foster, Paul Burkett, Andreas Malm e Eduardo Sá Barreto. Isso se justifica ao considerarmos que o esforço do camarada Lenin consistiu em reconhecer as condições objetivas (e, para dizer o mínimo, dramáticas) que especificavam a dura conjuntura atravessada pela Rússia no início do século

XX, com intuito de propor uma organização revolucionária das massas comprometida com a emancipação humana do capital. Além de realizar esse diagnóstico, é mérito de Lenin determinar importantes diretrizes práticas necessárias para a plena realização do movimento de sublevação soviético, que, como se sabe, consolida-se quinze anos depois da publicação da obra aqui referenciada. Por isso, buscou-se contrastar os direcionamentos apresentados por Lenin com as propostas de enfrentamento ao sistema capitalista desenvolvidas no bojo da teoria ecossocialista, considerando, evidentemente, as peculiaridades que se apresentam na sociedade contemporânea e as ameaças iminentes à existência humana que se sobressaem no século XXI.

Assim, além desta introdução e de uma conclusão, este trabalho conta com três seções. Na primeira apresenta-se uma breve síntese do pensamento ecossocialista e se discute a sua divisão em fases, sendo destacadas as principais contribuições legadas pelos principais autores dessa tradição. Na segunda seção, foram destacados três elementos da análise leniniana referentes à problemática da organização revolucionária russa, que se relacionam com as soluções práticas defendidas nos trabalhos de autores como Löwy, Burkett, entre outros. Por fim, na terceira seção, foram analisadas as contribuições leninianas que dialogam com as propostas desenvolvidas especialmente por Sá Barreto e Malm. Destaca-se que as proposições desenvolvidas pelos últimos autores mencionados portam implicações políticas menos tacanhas (em comparação com as teorias dos autores discutidas na

¹ Na próxima seção foram determinadas as principais características que demarcam cada estágio, bem como os principais autores ecossocialistas que os compõem. Desde já, cabe destacar que essa delimitação sistemática em

estágios, muitas vezes, se apresenta como insuficiente para abarcar a teoria e as diretrizes práticas desenvolvidas pelos teóricos ecossocialistas.



segunda seção), e isso é necessário na medida em que evidenciam a insuficiência portada pelas propostas ecológicas reformistas, utópicas e voluntaristas, sendo incontornável que haja uma radicalização da ação mobilizadora revolucionária para o enfrentamento da crise em curso (assim como propôs Lenin à sua época).

2. Breve síntese do pensamento ecossocialista

Como foi aludido, o desenvolvimento do pensamento ecossocialista não se dá de maneira uniforme, de modo que não é possível afirmar que existe uma unidade teórica absoluta entre seus representantes. Dessa forma, essa tradição é geralmente dividida em estágios, de acordo com a perspectiva teórica mais geral adotada pelos autores que se propõem a relacionar a teoria marxista com as questões ambientais. Assim, pode-se falar em três estágios do pensamento ecossocialista, sendo que os dois primeiros são mais consolidados na literatura.

O primeiro estágio é composto por ecossocialistas simpatizantes com o marxismo, que possuem filiação com o pensamento “vermelho”. Esses teóricos buscam relacionar duas teorias já existentes: as propostas ambientalistas e as perspectivas socialistas. Como nos diz Saito (2021, p. 24), dentre os autores que compõem esse primeiro estágio cabe destacar Ted Benton, André Gorz, Michael Löwy, James O'Connor e Alain Lipietz. Deste esforço surgem contribuições importantes para o movimento ecossocialista, podendo ser destacada a denúncia realizada sobre os limites de uma perspectiva ambientalista reformista, ou seja, atestam ser insuficiente o mero manejo técnico da exploração dos recursos naturais mantendo a lógica do capital em expansão. Contudo, é

preciso reconhecer que o que dá unidade ao pensamento do primeiro estágio é uma leitura no mínimo polêmica sobre os escritos marxianos.

Nesse sentido, dois pontos merecem ser destacados. Como apresenta Saito (2021), existe uma leitura crítica entre os teóricos do primeiro estágio que imputa um anacronismo às obras de Marx no que se refere à ecologia. Desse modo, a análise desenvolvida pelo autor no século XIX é tida como insuficiente para o tratamento da catástrofe ambiental observada atualmente. Essa visão é justificada por esses autores pelo fato de Marx não ter incorporado questões relevantes ao meio ambiente em seus escritos, como seria o caso da poluição gerada pelo aumento do uso da matriz energética fóssil. Além disso, autores como Löwy (2018) fazem um exercício de seleção de passagens esparsas nos escritos marxianos com intuito de defender a ideia de um Marx “produtivista”, que teria considerado a tecnologia desenvolvida no capitalismo como neutra, admitindo ainda um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Nota-se que essa conclusão parte de uma compreensão que ignora a contradição entre as forças produtivas desenvolvidas pelo gênero humano e as relações de produção estabelecidas no capitalismo, portanto, na visão de Löwy, Marx teria considerado o aparato tecnológico do capital como adequado mesmo para outras formações sociais.

Em resposta aos teóricos do primeiro estágio, surge uma vertente que busca demonstrar a compatibilidade do pensamento marxiano com o debate ecológico atual. O segundo estágio, como apresenta Fernandes (2020, p. 95), se debruça sobretudo nas discussões referentes à ruptura metabólica²,

² Como apresentam Foster (2005) e Burkett (1999), o conceito de ruptura (ou falha) metabólica

é evidenciado por Marx especialmente no Livro III de *O capital*, na seguinte passagem: “A grande



se apoiando especialmente no Livro III de O capital, nos Grundrisse e em outros textos de Marx. Radicalmente diferente dos autores que compõem o primeiro bloco, os autores do assim chamado segundo estágio fazem um estudo imanente das proposições desenvolvidas por Marx, no intuito de viabilizar desenvolvimentos ulteriores sobre as questões ecológicas a partir da análise dos efeitos do movimento expansivo do capital sobre a sociedade e a natureza. Certamente, John Bellamy Foster (2005) e Paul Burkett (1999) foram pioneiros na investigação da ruptura metabólica.

De todo modo, não é possível limitar a discussão imanente sobre os textos marxianos à discussão metabólica, embora ela seja considerada o divisor de águas entre os dois estágios até agora enunciados. Desde a publicação das obras de Foster e Burkett, uma série de autores se debruçaram em extrair dos escritos marxianos implicações ecológicas. Kohei Saito (2021), por exemplo, faz um trabalho colossal que vai muito além das descobertas de Foster. Inventariando textos, cadernos e cobrindo um amplo material de rascunhos de Marx, Saito consegue demonstrar que o autor, em seus últimos anos de vida e de pesquisa, dedicou-se, como nunca, a analisar a fronteira científica de investigação das ciências naturais e as alterações no ambiente

desencadeadas pela ruptura metabólica. Desse modo, a tese defendida por Saito é a de que a pesquisa de Marx estaria caminhando para uma incorporação das tendências ecologicamente destrutivas da reprodução do capital. Muito mais do que um interesse lateral de Marx, essa perspectiva passaria (caso houvesse tempo) a ter centralidade em sua crítica da economia política, como defende o autor.

Outro autor que pode ser integrado ao segundo estágio e que merece destaque por realizar uma leitura imanente dos textos de Marx, mas que de fato não limita sua investigação aos termos colocados pelo debate em torno do metabolismo, é Eduardo Sá Barreto. Com inúmeras publicações a respeito do tema³, seu maior mérito consiste em analisar minuciosamente a dinâmica de reprodução dessa sociedade apresentada sobretudo nos três livros de O capital, como forma de demonstrar que o movimento auto expansivo do capital tem como consequência inata um crescente e irrefreável impacto material – em termos absolutos, mesmo nos momentos de recessão – sobre a demanda de recursos naturais do planeta. Mobilizando categorias como a tendência de aumento da escala, do escopo e da velocidade da produção, Sá Barreto demonstra, a partir de Marx, que o ímpeto da valorização do valor se traduz num impacto material que foge do

propriedade do solo reduz a população agrícola a um mínimo em diminuição constante e opõe-lhe uma população industrial cada vez maior, aglomerada em grandes cidades, gerando assim as condições para uma *ruptura irremediável no metabolismo social*, prescrito pelas leis naturais da vida; dessa ruptura decorre o desperdício da força da terra, o qual, em virtude do comércio, é levado muito além das fronteiras do próprio país. (Liebig.)” (Marx, 2017, p. 762, *ênfase adicionada*). Partindo da investigação dos processos químicos do solo realizada por Liebig, Marx, ao analisar as consequências da ampliação da exploração das terras agricultáveis, busca indicar que o avanço do modo de produção capitalista nessas áreas é

capaz de desencadear um metabolismo entre os seres humanos e seu meio natural que provoca uma série de consequências danosas à sociedade e à natureza. Essa implicação se manifestaria na contradição entre campo e cidade, na medida em que recursos das áreas rurais passam a ser constantemente destinados aos centros urbanos e não retornam à sua origem, sendo acumulados sob a forma de dejetos causadores da contaminação dos centros urbanos e, consequentemente, levando ao empobrecimento dos solos.

³ Cf. Sá Barreto (2014; 2015; 2016; 2018; 2020; 2021); Medeiros e Sá Barreto (2013); Correa et al. (2021).



controle dos agentes, e que não pode ser mitigado por políticas subscritas no interior dessa lógica.

Sá Barreto também evidencia que esperanças depositadas sobre tecnologias poupadoras de recursos (capazes de aumentar a eficiência produtiva), sobre a moderação do consumo, sobre o desenvolvimento de tecnologias de descarbonização, sobre a desmaterialização⁴ etc. são infundadas, na medida em que demonstram ser incapazes de frear o impacto destrutivo do capitalismo sobre o planeta. No caso do aumento da eficiência produtiva e da moderação do consumo (produtivo ou não), essa incapacidade de gerar ganhos em termos ecológicos se apresenta pelo fato de que os recursos poupados pela adoção desse tipo de prática não deixam de ser capital sob a atual forma de organização produtiva. Deste modo, os recursos liberados entram de uma forma ou outra nos circuitos de valorização⁵. Ao garantirem a expansão do valor, acarretam, conseqüentemente, um aumento da demanda por recursos naturais (Sá Barreto, 2021, p. 224). Sobre o avanço das tecnologias de descarbonização da matriz energética ou da possível descoberta de fontes de geração de energia que possuem uma eficiência sem precedentes (como no caso de se dominar a fusão nuclear), merece ser destacado que sua universalização se demonstra inviável no atual modo de produção. Isso porque essas tecnologias

estariam submetidas ao aparato jurídico garantidor dos lucros privados, sob a forma de patentes (Sá Barreto, 2020, p. 79). Sendo assim, tornam-se evidentes os limites que impedem que essas tecnologias apresentem soluções ecologicamente efetivas; elas serão, no máximo, economicamente viáveis. Em síntese: a tendência de elevação das forças produtivas e do aprimoramento da técnica no interior do capitalismo são incapazes de gerar os efeitos necessários para a contenção da catástrofe ecológica.

Do terceiro estágio, ainda que não seja muito consolidado na tradição ecossocialista, podemos destacar algumas de suas características mais gerais. Se trata de um estudo mais contemporâneo, que parte da ideia da ruptura metabólica e enfatiza a impossibilidade de se superar o capital sem que se considere os impactos ecológicos que fundamentam o pensamento ecossocialista. Essa vertente se preocupa em recolher das principais frentes de luta (anticapitalistas ou não) elementos que possam ser incorporados ao pensamento ecossocialista, isto é, buscam estabelecer um vínculo entre as pautas sociais e ambientais (como no caso da luta dos povos originários e dos movimentos de sublevação sociais urbanos). Como apresenta Gaspar (2021, p. 27), esse estágio consiste em uma recuperação dos fundamentos da teoria de Marx para que se consolide uma metodologia capaz de analisar a “raiz das crises ecológicas e sociais atuais”, que vêm

⁴ “Os contornos fundamentais das alegações em torno da desmaterialização podem ser sumarizados em dois pontos. Em primeiro lugar, o crescimento econômico é tomado (em geral a priori) como um imperativo – i.e., como um valor, que apenas muito raramente é questionado. A tal crescimento, porém, não corresponderia necessariamente uma expansão (material) da produção ou do consumo produtivo, o que nos leva ao segundo ponto. A chave dessa não correspondência seria o desenvolvimento tecnológico. A tecnologia, como poupadora de recursos, facultaria a expansão econômica sobre

uma base material não expansiva (ou, em proposições menos radicais, ao menos não proporcionalmente expansiva)” (Sá Barreto, 2016, pp. 98-9).

⁵ “Aquele capital liberado em um ponto do sistema precisa encontrar outro espaço de atuação para realizar o seu movimento expansivo. Do ponto de vista da totalidade, há apenas a redistribuição do capital em sua dinâmica expansiva. Do ponto de vista da materialidade, não há absolutamente nada que garanta que a redução de impacto efetivada em âmbito local se traduza em redução de impacto geral” (Sá Barreto, 2021, p. 219).



se desenvolvendo no decorrer da história (em especial nas últimas décadas).

Por se tratar de uma problemática tangenciada por muitos dos ecossocialistas, é insuficiente estabelecer de forma rígida que o estudo de algum teórico se limita ao terceiro estágio. De todo modo, pelas discussões realizadas, acredita-se que o autor Andreas Malm pode ser destacado como um dos mais importantes autores que estudam essa frente. Basta observar alguns de seus textos recentes, em que o autor busca vincular eventos como a Primavera Árabe e a pandemia despontada pelo SARS-CoV-2 à temática ecológica e revolucionária, incorporando fundamentos marxistas à elucidação das causas desses episódios. Outra autora que merece destaque é Sabrina Fernandes, que se dedica, dentre outras coisas, a incorporar na temática ecossocialista as lutas e processos políticos desencadeados na América Latina.

Destacadas as principais particularidades dos estágios que formam a tradição ecossocialista, vale lembrar que, ainda assim, se trata de um pensamento que possui uma série de convergências. Todos os pesquisadores aqui mencionados se colocam frontalmente opostos à lógica do capital e utilizam, em maior ou menor medida, da teoria legada por Marx como forma de pensar saídas à emergência climática. Contudo, o aspecto político portado por esse tipo de análise é muito direto, de modo que diversas práticas que atacam os pilares da sociabilidade do capital são sugeridas nas formulações desses pensadores. Nesse tocante, são variadas as propostas que emergem das teses aqui indicadas, sendo relevante destacar aquelas que parecem mais problemáticas e aquelas que parecem mais bem fundamentadas e rigorosas, considerando as exigências impostas pelo estado de coisas atual. Reconhecendo que os conteúdos das lutas

contemporâneas exigem a incorporação de novas mediações, devendo se ajustar sobretudo as exigências colocadas pela conjuntura atual da emergência climática, procurou-se, na próxima seção, analisar em que medida as diretrizes práticas e organizativas sugeridas por Lenin no início do século XX podem auxiliar no enfrentamento do modo de produção capitalista hoje, sendo destacadas as divergências apresentadas pelos projetos sustentados por autores como Löwy, Foster e Burkett.

3. As fragilidades de algumas propostas ecossocialistas

No ano em que celebra-se os 122 anos da publicação da obra *Que fazer?*, de Lenin, a urgência de mobilização de uma via revolucionária vem à tona, considerando o estado atual da iminência climática em que se encontra inserida a sociedade atual. Esse alerta emergencial ressoa nos textos dos diversos ecossocialistas mencionados e vem surgindo cada vez mais explicitamente nos textos dos ambientalistas ortodoxos. Lenin é conhecido por buscar compreender a realidade da Rússia czarista e por conjecturar sobre as possíveis circunstâncias que poderiam fundamentar uma organização efetivamente comprometida com um empreendimento revolucionário. É de se perceber, contudo, que a sociedade atual se encontra numa situação concreta muito diferente daquela vivida por Lenin. Nesse sentido, cabe destacar o fato de que não contamos com grandes movimentos de massa descontentes com o estado de coisas vigente e com a organização sociopolítica dominante (em nosso caso, a democracia burguesa). Por sua vez, isso não impede que valiosas lições sejam apreendidas daquele momento importante na história, dada a necessidade de se enfrentar as crescentes consequências humanitárias e ecológicas



desencadeadas pelo processo de acumulação de capital.

É uma obviedade que o acirramento das mudanças climáticas ameaça nossa existência, contudo, ele se faz menos perceptível pela consciência cotidiana se comparado com os problemas tangíveis enfrentados pela população russa submetida ao regime autocrático. Pela ausência de “um sujeito” definido, é certamente mais difícil direcionar o mal-estar coletivo gerado pelo iminente colapso ambiental contra as causas da catástrofe climática. Contudo, não devemos nos enganar. O “sujeito” em questão é justamente o mesmo da época de Lenin: o capital em expansão. O problema agora se apresenta de forma bastante dramática, na medida em que a reificação gerada pelo processo de produção de valor tem, pela primeira vez, a capacidade de nos direcionar a uma época geológica portadora de condições ambientais adversas jamais vivenciadas pela humanidade, fazendo com que emergam uma série de novos desafios como forma de garantir a sobrevivência da espécie humana na Terra.

Em decorrência da grande dificuldade de se incorporar a perspectiva da totalidade em nossas ações cotidianas, da crescente desmobilização da classe trabalhadora, do aviltamento secular pelo qual passa a ideologia marxista, do avanço do capital enquanto mediador da maioria das relações sociais, do grande mecanismo de manipulação⁶ a serviço da reprodução do capital, dentre outros motivos, é sintomático que um debate tão relevante – já que se refere à continuidade de nossa existência –, não tenha ainda sido capaz de motivar amplas

massas de pessoas contra o modo de produção atual. No entanto, ambientalistas das mais diversas inclinações, e sobretudo os ecossocialistas, vêm alertando que a piora de vida de muitas pessoas pode acontecer subitamente (devido à uma seca sem precedentes ou ao acelerado aumento do nível do mar, por exemplo) e em poucos anos. É possível, portanto, que a piora extrema das condições de vida desperte uma consciência espontânea combativa ao estado de coisas atual. É nesse sentido que se faz aqui o resgate da teoria de Lenin, visto que o argumento central de *Que fazer?* se refere à importância em se coordenar as sublevações espontâneas, direcionando-as contra o modo de produção capitalista e o Estado burguês. O estudo de Lenin parece adequado, na medida em que o resgate de seu argumento pode auxiliar a refletir a questão da mobilização revolucionária em tempos que exigirão esse tipo de organização.

Nessa perspectiva, foram selecionados três elementos correlatos da formulação leniniana, que nos permitem realizar uma análise crítica sobre as formas de luta sustentadas por autores ecossocialistas. A saber: i) a crítica de Lenin ao trade-unionismo e ao “economicismo” (i.e., às lutas reformistas que não apresentam como horizonte uma ruptura com o Estado e com a produção do valor); ii) o elemento espontâneo das massas e a necessidade de agitação e organização revolucionária; iii) a insuficiência dos métodos artesanais e das lutas locais na construção de um movimento emancipatório efetivo.

Lenin (2015, p. 46) inicia seu argumento enfatizando a problemática em

⁶ Ao se referir à manipulação tem-se em mente o longo argumento desenvolvido no último capítulo do segundo volume de *Para uma ontologia do ser social*. Em termos ultrassintéticos, esse aparato imprescindível à reprodução do capitalismo

contemporâneo está relacionado à forma como o modo de produção capitalista atinge o tempo livre dos trabalhadores, influenciando diretamente a maneira com que se realiza o consumo na sociedade moderna (Lukács, 2013).



torno da força adquirida pelas pautas “economicistas” no interior do movimento socialdemocrata – cabe lembrar que nesta época a socialdemocracia foi o eixo político que representava a classe trabalhadora, sendo em maior medida seguidora da tradição marxista. Lenin (2015, p. 51) destaca que esse movimento, que deveria ser pautado majoritariamente pela realização de uma revolução social, acabou sendo contaminado por um ponto de vista estreito, cuja finalidade última consistia em realizar reformas no interior daquela sociedade já estabelecida. Em decorrência dessa concepção difundida por diversos intérpretes (com destaque para Bernstein), surge ainda uma tendência oportunista, que obstaculizava a luta a ser travada contra a classe dominante, “reduzindo o movimento operário e a luta de classe a um trade-unionismo estreito e à luta ‘realista’ por pequenas e graduais reformas” (Lenin, 2015, p. 64). Bordões como “o lema do movimento operário deve ser a ‘luta pela situação econômica’” (Lenin, 2015, p. 88) eram proclamados por diversas frentes. Lenin (2015, p. 96) se posiciona frontalmente contra esses argumentos, apontando que simples reformas seriam incapazes de suprimir a submissão dos trabalhadores ao capital, causador último do mal irremediável enfrentado pela população russa.

Nesse sentido, cabe destacar que o “reformismo” não representa o centro do argumento empreendido pelos ecossocialistas a pouco destacados – textualmente essa proposta geralmente é de fato rechaçada. Contudo, é evidente que algumas das resoluções propostas dão margem a uma apreensão positiva sobre a adoção desse tipo de medida paliativa, sendo frequentemente sustentado que esse tipo de prática seja capaz de ao menos desacelerar

os efeitos devastadores causados pelo modo de produção capitalista. Autores como Löwy (2014), por exemplo, admitem que não podemos nos iludir com a possibilidade de “ecologizar o capitalismo”, mas não descarta a necessidade de se “empreender o combate pelas reformas imediatas” (p. 53, ênfase do autor). E continua Löwy (2014):

Por exemplo, algumas formas de ecotaxas podem ser úteis, com a condição de que sejam observadas por uma lógica social igualitária (fazer com que os poluidores paguem e não os consumidores) e de que nos libertemos do mito de um cálculo econômico do ‘preço de mercado’ dos estragos ecológicos: são variáveis incomensuráveis do ponto de vista monetário. (p. 53)

É no mínimo contraditório que o autor perceba que existe um mito sobre o cálculo econômico das questões ecológicas e, ao mesmo tempo, deposite esperanças no fato de que uma taxa sobre poluidores seja capaz de trazer avanços na luta contra as consequências desse modo de produção. A produção capitalista é necessariamente expansiva e necessariamente demanda ao longo do tempo, em termos absolutos, volumes crescentes de meios materiais para sua reprodução. Parece escapar do argumento de Löwy que que uma taxa sobre poluidores (como no caso do malabarismo proposto pelo Green New Deal) apenas desloca geograficamente o aparato produtivo, que continuará afetando o clima globalmente, se mostrando, portanto, ineficaz para diminuir os níveis de emissões⁷ (no limite, tal prática pode ser compreendida como mais um dos mecanismos de manipulação). Já evidenciamos, a partir de Marx e das conclusões ecológicas sobre a acumulação demonstradas por Sá Barreto, que o capital não admite outra natureza senão a expansiva.

⁷ Como vem sendo demonstrado no relatório especial do Painel Intergovernamental sobre

Mudanças Climáticas desde pelo menos o início da segunda década desde século (IPCC, 2018).



É patente no argumento de Löwy (2014) uma certa esperança de que reformas no interior do capital sejam capazes de dar mais tempo de vida ao planeta e, com isso, mais tempo para que uma mobilização efetiva contra o capital se desenvolva. Isso porque o autor ainda crê que “num certo sentido, o tempo é nosso aliado” (p. 98).

Outro problema que merece ser destacado, na esteira da crítica ao “economicismo” que aqui se empreende, é a ideia de que alterações estruturais em prol da desaceleração do impacto material sobre o planeta devem vir acompanhadas da criação de empregos verdes⁸. Chega-se a admitir a necessidade de um pleno emprego. Podemos ilustrar essa concepção resgatando novamente um argumento de Löwy (2014): “Está implícito que cada transformação do sistema produtivo ou dos transportes – substituição progressiva da estrada pelo trem – deve ser feita com a garantia do pleno emprego da força de trabalho” (p. 51). Acreditamos que a situação atual nos obrigará a ter uma postura mais radical. Nesse sentido, além de ter como perspectiva o decrescimento, não é viável adotar indicadores econômicos próprios do modo de produção capitalista como necessários (e suficientes) para a organização de uma sociedade emancipada que busca se adaptar em um planeta em transformação. Assim, a defesa do pleno emprego evidencia a existência de uma estreita teoria que deposita suas esperanças em reformas de cunho ambiental no interior dessa sociabilidade mercantilizada.

O segundo ponto destacado de Que fazer? se refere ao debate entre espontaneísmo e a necessidade de organização. Lenin é bastante combativo àqueles que sustentam que movimentos

espontâneos de sublevação são suficientes para o enfrentamento do modo de produção capitalista. Resgatando os movimentos da classe trabalhadora que emergem no século XIX, Lenin (2015, p. 81) observa que espontaneamente essas lutas são capazes de formar apenas uma consciência trade-unionista. Portanto, o autor rechaça a perspectiva de que existe um automatismo no movimento espontâneo dos trabalhadores, que levaria necessariamente à consolidação de uma sociedade emancipada, isto é, de que a “consciência socialista” apareceria como resultado direto da luta de classe travada pela classe trabalhadora (Lenin, 2015, p. 92). Em contrapartida, Lenin (2015) destaca que a principal tarefa de organização do movimento revolucionário é “levar ao proletariado (literalmente: saturar o proletariado de) a consciência da sua situação e da sua missão” (p. 92). Certamente, aqui estamos nos referindo à célebre diretriz leniniana: a de que é preciso combater a espontaneidade, na medida em que quanto maior for a massa espontânea integrada à luta, maior é a necessidade de se formar uma consciência de classe objetivamente anticapitalista a partir “de fora”.

Por mais que seja um tema bastante polêmico, essa posição de Lenin se justifica na medida em que ele toma os movimentos espontâneos como uma “forma embrionária do consciente”, que podem, contudo, tomar três direções: ou convergem de fato às lutas contra o capital, ou atendem somente demandas imediatas, ou, no pior dos casos, rebaixam o movimento (basta pensar nas Jornadas de Junho despontadas em 2013, no Brasil). Esse rol de possibilidades exige que se abra o debate e que se admita a necessidade de haver algum tipo de organização em situações evidentemente

⁸ Aspecto evidente nas elaborações de Fernandes (2020) e Foster (2002), por exemplo.



alarmantes. Vale salientar que diversos intérpretes da tradição marxista se colocam contrários à tese leniniana, em maior medida por ser feita uma leitura em que caberia ao partido a realização dessa “conscientização”. Contudo, acredita-se que é possível resgatar o argumento de Lenin e apresentá-lo de forma bem menos limitada do que a interpretação recorrente de seus críticos. Lenin (2015, pp. 112-3) destaca que a agitação exigida para esse direcionamento combativo contra o capital deve ser realizada em inúmeras frentes (sindical, cívica, pessoal, familiar, religiosa, científica etc.), ou seja, ela deve ser capaz de incorporar ideologicamente aos levantes espontâneos todo o descontentamento gerado pela situação concreta de opressão. Sem entrar em maiores detalhes, vale ressaltar que mesmo o último Lukács (2013) é defensor da tese leniniana, enfatizando que essa consciência adjudicada não é, como apregoam os críticos, função exclusiva do partido: é preciso unificar nossos esforços utilizando dos melhores e mais bem fundamentados desenvolvimentos nos campos da filosofia, da arte, da ciência etc., como forma de empreender uma agitação capaz de direcionar os movimentos diversos contra a devastação gerada pelo capital.

Destaca-se aqui o fato de que diretivas espontaneístas pairam sobre o pensamento ecossocialista. Muitos de seus teóricos não reconhecem a existência de um déficit de organização, ou acreditam que de fato as mais diversas sublevações espontaneístas já nascem portando um sentido ecológico e/ou anticapitalista. Tal concepção se torna patente, por exemplo, no texto de Burkett (2006). A despeito de seu rigor no manejo dos indicadores que passariam a ser centrais em uma sociedade ecologicamente emancipada (ao invés do PIB, por exemplo, o progresso deveria ser medido por indicadores de saúde humana, nível educacional, tempo livre, eficiência

energética, desintoxicação ambiental, diversidade de ecossistemas e espécies etc.), o autor parece negligenciar a necessidade de se consolidar uma organização que tenha como eixo dinâmico a luta pelo fim do modo de produção capitalista. Chegando a afirmar que do fato de capitalistas e trabalhadores serem afetados de formas diferentes pelo impacto ambiental das atividades produtivas, depreende-se necessariamente um conflito de classes imanentemente ambientalista (Burkett, 2006, p. 33).

Assim, a crença de que automaticamente a classe trabalhadora converterá suas lutas puramente econômicas (por melhores salários e condições de trabalho) em uma luta ambiental de caráter global vem acompanhada ainda da ideia de que será necessário um “longo período de luta” (Burkett, 2006, pp. 42-3). A urgência de se mobilizar mecanismos de agitação passa, assim, ao largo do argumento do autor. Além de Burkett, cabe ainda ressaltar que Löwy, preso na ideia do “pleno emprego”, inverte totalmente a lógica mobilizadora defendida por Lenin, na medida em que o apoio dos trabalhadores à luta efetiva contra capital só seria viável se atendesse aos requisitos espontaneístas, ou seja, se for capaz de apresentar melhorias em termos econômicos (Löwy, 2014, p. 77). Aqui, não poderemos desenvolver mais profundamente esse argumento, mas ressalta-se que o espontaneísmo porta, na sociedade do capital, um forte teor antiecológico.

Falta ainda analisar outro problema recorrente na literatura ecossocialista: o desconhecimento sobre a insuficiência de métodos artesanais de luta, i. e., sobre os limites apresentados pelas lutas locais, esparsas, utilizando do termo empregado por Sá Barreto (2021), “das pequenas vitórias no varejo”. Resgatando o argumento de Lenin, é fácil perceber que toda sua elaboração em



Que fazer? tem o intuito de indicar a insuficiência de lutas locais, bem como dos métodos combativos/organizativos que se demonstram incapazes de serem universalizados (basta pensar que é muito mais fácil, para os defensores do capitalismo, combaterem pequenos núcleos desarticulados do que um grande movimento das massas). Reconhecendo que “as necessidades e os sofrimentos dos operários de diferentes empresas e ofícios têm muito em comum” (Lenin, 2015, p. 110), seria preciso, naquele momento, unificar todas as frentes de luta em torno da socialdemocracia, como forma de se atingir dois objetivos complementares: a tomada (e consequente derrubada) do Estado e o fim do modo de produção capitalista.

Visto isso, é preciso admitir que depositar esperanças nas propostas de um enfrentamento ecossocialista a varejo, circunscrito em demandas imediatistas, que não indicam nenhum sentido de unidade e que, por isso, nem de longe têm a capacidade de afetar a dinâmica expansiva do capital, são, no máximo, convenientes. Contudo, se de fato temos a pretensão de garantir o futuro da humanidade no planeta, é necessária uma articulação em função da realização de ambiciosas metas antissistêmicas. Deste modo, é possível afirmar que esparsas manifestações de caráter ambientalista caminham para a consolidação de uma organização centralizada e combativa contra o capital? Acreditamos que não. A consequência de depositar a esperança nesse tipo de luta se demonstra fatalmente desmobilizadora.

Na medida em que se acredita ser benéfico apoiar o desenvolvimento de “métodos artesanais”, prostra-se diante da tarefa colossal cujo ecossocialismo deve se engajar, aceitando que é melhor fazer algo (mesmo que paliativo) do que não fazer nada.

Contenta-se com uma ação semelhante à solução proposta pelos teóricos vinculados aos interesses da classe dominante (capitalismo verde). Essa sintomática visão do ecossocialismo pode ser ilustrada – novamente – a partir de um trecho presente no texto de Löwy (2014): “A tomada de consciência socialista e ecológica é um processo cujos fatores decisivos são as lutas coletivas das populações que, a partir de confrontos parciais em nível local, progridem em direção à perspectiva de uma mudança radical da sociedade” (p. 88, ênfase adicionada). Nessa perspectiva e em acordo com Lenin, parece prudente rejeitar a proposta de que o mero acúmulo quantitativo de métodos combativos artesanais e de frentes de luta locais sejam por si capazes de gerar um salto qualitativo em direção à luta definitiva contra o capital.

Realizada essa crítica leniniana sobre alguns dos postulados mais problemáticos que podem ser identificados nas teorias ecossocialistas, analisamos na próxima seção os desenvolvimentos realizados no interior dessa tradição considerados mais adequados e realistas. Os argumentos desenvolvidos especialmente por Malm e Sá Barreto revelam uma postura mais radical e combativa contra o sistema capitalista.

4. O que o futuro nos reserva? A necessária radicalização do discurso ecossocialista

De tudo que vimos, com destaque para a incapacidade de resoluções pontuais de cunho ecológico proporcionarem um ataque efetivo às causas dos problemas socioambientais, é de se esperar que surja um certo pessimismo desmobilizador nos campos de luta (Sá Barreto, 2021, p. 227). Como destaca Sá Barreto, estamos diante de um dilema: “por um lado, [as lutas] para serem



viáveis, precisam ser ineficazes quanto ao essencial; por outro, se pretenderem ser eficazes, tornam-se inviáveis politicamente, a não ser que assumam caráter conscientemente disruptivo” (Sá Barreto, 2021, p. 230).

Esse complexo cenário psicossocial remete ao argumento desenvolvido por Lukács (2013, p. 734) a respeito do temor e da esperança. O autor, analisando aspectos referentes à gênese da religião, argumenta que brotam no ser social, em decorrência de sua incapacidade de prever, controlar, administrar as diversas forças objetivas que escapam da sua compreensão, um sentimento de temor, que vem acompanhado de uma pueril esperança de que tais dilemas possam ser resolvidos de modo automático ou mesmo transcendente. Assim, a decisão de deixar o “desfecho da sua própria atividade a critério de poderes transcendentes” acaba por “reificar o seu comportamento para com a realidade, para com a natureza e (de modo crescente) para com a sociedade” (Lukács, 2013, p. 734). Nesse sentido, pela dureza dos diagnósticos que temos em mãos e pela postura necessariamente disruptiva que nos é exigida, podemos observar o surgimento não só de uma falsa esperança pelos ecossocialistas a respeito das lutas parciais, locais e reformistas, mas inclusive de uma espécie de “voluntarismo geológico”, que assume uma “indefinida flexibilidade do mundo natural diante de nossas finalidades”, caso sejamos capazes de derrubar o sistema capitalista (Sá Barreto, 2021, p. 230).

Contudo, essa perspectiva “otimista”, ancorada na ideia de que uma sociedade emancipada será marcada pelo pleno emprego, por uma abundância de bens nunca vista, que seremos capazes de dominar plenamente a natureza e a sociedade em função de nossas mais diversas demandas, além de evidenciar um sério fetiche em

relação a realidade atual, é sintoma da incapacidade da teoria em ser politicamente coerente com os alarmantes prognósticos científicos. Como sustenta Sá Barreto (2021), um “planeta em acelerada transformação estreita, também muito rapidamente, nosso ‘espaço de ação das alternativas concretas’” (p. 230). E isso deve ser levado em consideração mesmo se formos capazes de realizar o passo mais fundamental da luta ecossocialista: o fim do modo de produção capitalista. Assim como defendeu Lenin (2015, p. 146), precisamos organizar as frentes de luta com conhecimentos sinceros e verdadeiros em relação à realidade, para que as práticas determinadas sejam efetivas no ataque das causas dos problemas que precisam ser enfrentados. Em síntese, para Sá Barreto (2021):

Não há nenhuma trajetória possível para uma mobilização bem-sucedida que não envolva a consideração explícita, consciente e rigorosa de toda a evidência climática disponível e de todo o conjunto do melhor conhecimento científico a seu respeito. Não levar em conta os claros prognósticos do conhecimento disponível com a alegação de que esse conhecimento é incompleto ou desmobilizador, é uma postura indefensável em qualquer tipo de perspectiva transformadora que se pretenda materialista. (p. 231)

Alinhado com essa perspectiva, pode-se destacar também os argumentos que vêm sendo desenvolvidos por Malm. Para ele os desafios que surgirão no planeta exigirão uma mobilização radical e uma organização coletiva sem precedentes. Na verdade, por mais que o cenário atual exija medidas sem precedentes, Malm argumenta que existem exemplos históricos de mobilização nos quais podemos e devemos nos inspirar, sendo destacado o comunismo de guerra implementado por Lenin e pelo partido



bolchevique na URSS, após a Revolução de 1917.

Malm (2017, p. 7) reconhece que, somada a grande tragédia ocasionada pelo conflito bélico mundial que se estendia desde 1914, no ano de 1917, a Rússia enfrenta um cenário de escassez generalizada de alimentos. O descontentamento geral se expressa através de inúmeras sublevações, e o que se observa é que as classes dominantes continuavam a usufruir, com ligeira abundância, dos recursos materiais disponíveis no território soviético. Esse panorama pode não estar muito distante do que nos espera. Em um cenário de carência extrema de recursos provocado pela atual emergência climática, é de se imaginar que as classes dominantes vão continuar se mobilizando para garantir seus privilégios tanto quanto for possível. Em uma conjuntura deste tipo, é possível que um descontentamento coletivo adquira força política. Como já acentuamos, esse momento exigirá uma organização centralizada que seja coerente com os mais variados prognósticos sobre os problemas ambientais. Considerando que esse cenário se concretize, uma nova (e provavelmente mais desafiadora) situação se coloca: a necessidade de organizar a sociedade considerando-se as consequências no clima global já desencadeadas pelas práticas antropocêntricas.

Prospectando esse cenário, Malm (2020) procura destacar que lições importantes podem ser apreendidas através da experiência do comunismo de guerra da URSS, que se fez necessário em função da guerra civil, do bloqueio internacional e dos surtos de fome, doenças e epidemias que se alastraram sobretudo nos primeiros anos após a revolução. Nessas condições, a organização política bolchevique, sob o comando de Lenin, como forma de garantir as

condições básicas de subsistência da população soviética e se adaptar a uma realidade totalmente adversa e desafiadora, se vê obrigada a estabelecer uma série de medidas, que naturalmente podem ser consideradas draconianas. Nesse sentido, Malm (2020, p. 106) destaca que houve, por exemplo: i) a rápida nacionalização das empresas e o confisco de bens e propriedades da nobreza, que contribuíram para o quase completo desaparecimento das elites privilegiadas; ii) a concentração dos meios de produção nas mãos do Estado, que decidia quais produtos iriam ser priorizados; iii) em decorrência da ocupação das minas de carvão e dos poços de petróleo pelo Exército Branco e pelas potências imperialistas, surge a necessidade de mobilizar uma enorme quantidade de trabalhadores na função de recolher madeira, como forma de garantir o funcionamento das máquinas a vapor necessárias à operacionalização das indústrias e dos meios de transporte, sem a utilização de recursos fósseis.

Esse enxuto número de exemplos é capaz de propiciar um vislumbre da magnitude das mudanças que se fizeram necessárias naquele cenário. Analogamente, pode-se prospectar algo semelhante às ações que se farão necessárias num futuro próximo em plano global. Deve-se ter em mente que será imprescindível restringir amplamente a produção e consumo de proteína animal, reduzir dramaticamente o setor de transportes (com destaque para o de aviação), mobilizar amplas massas em prol do reflorestamento e da desintoxicação de biomas, diminuir em um rápido período toda a produção de energia gerada por fontes não renováveis, destruir setores industriais inteiros etc. Claramente propostas desta magnitude só serão viáveis após a superação da produção tipicamente capitalista. Como conclui Malm (2020):



O futuro, então, em um sentido figurado, é o comunismo ecológico de guerra, sendo ‘apenas uma analogia – mas uma analogia muito rica em conteúdo’. Significa aprender a viver sem combustíveis fósseis em pouco tempo, quebrar a resistência das classes dominantes, transformar a economia por inteiro, recusar-se a desistir mesmo que todos os piores cenários se tornem realidade. (p. 112, tradução livre)

Tendo em vista que os problemas ecológicos se apresentam em todos os pontos do planeta e condenam, de forma preocupante, a continuidade da espécie humana e de várias outras na Terra, não parece possível realizar as substantivas transformações exigidas através de artifícios que acabam por criar uma consciência ainda mais reificada sobre essa problemática, ou que não considere a seriedade dos problemas que a humanidade iminentemente enfrentará. Deste modo, a investigação realizada pelos autores analisados nesta seção nos parece a mais adequada no combate dessa realidade nada harmoniosa cuja lógica expansiva do capital nos empurra. Assim, antes de realizar qualquer tipo de reforma ou transformação que busque alterar nosso impacto no meio ambiente, é preciso retirar o controle da produção da classe dominante, travar a engrenagem do valor, alterar o modo de produção em torno do qual essa sociedade está organizada. Apenas depois disso realizado é que teremos condições de efetivamente empregar nossos esforços com o intuito de dirimir os efeitos climáticos catastróficos já manifestos e aqueles que muito em breve se manifestarão.

5. Considerações finais: os perigos da formação de uma consciência de classe reificada

O movimento ecossocialista surge na esteira das transformações ecológicas e sociais que se agudizam sobretudo a partir do

fim do século XX. Esse importante campo do marxismo talvez seja o que hoje possui a maior capacidade de incorporar seus prognósticos às variadas lutas contra o modo de produção vigente, visto que o problema não se trata mais “somente” da defesa de um mundo emancipado, mas da própria manutenção da existência da espécie humana.

Contudo, como salientamos, além do fato de existirem diferentes linhas de raciocínio entre os ecossocialistas, algumas das diretrizes teóricas, e sobretudo práticas, desenvolvidas por esses autores se mostram insuficientes para a realização das duas principais tarefas que se colocam a esse movimento: 1º) a de mobilização e organização de movimentos sociais em função do fim do modo de produção capitalista; e, realizada essa primeira tarefa, 2º) a implantação de uma nova organização social capaz de se adaptar em meio as transformações ambientais irreversíveis que se apresentam nesse “mundo novo”.

Como nos mostram Malm e Sá Barreto, o simples “otimismo da vontade”, patente em textos de diversos teóricos ecossocialistas, se mostra implacavelmente insuficiente e desmobilizador. Considerando um período de transição, não é possível, nas palavras de Malm (2020), escapar da adoção de medidas rigorosas e de algumas proibições, como no caso da eliminação gradual da produção e consumo de carne e de “diversas outras coisas consideradas partes da boa vida” (p. 109). O fato de que a maior parte dos integrantes dos agrupamentos da esquerda atual não reconheça que “sacrifícios ou desconfortos para as pessoas comuns” serão inevitáveis, revela uma falta de aderência com a fronteira científica – e no limite uma falta de honestidade –, que contribui para a formação de uma consciência social reificada em torno dos movimentos



revolucionários. Destituído das plenas condições de exercer seu papel transformador, esse movimento se contenta em fazer, na maioria das vezes, um ataque superficial aos efeitos do problema, se alicerçando em soluções individualistas e de natureza focalizada.

De fato, no que se refere a questão política em torno da mobilização, Lenin (2015) já havia alertado para os problemas da demagogia, que busca circunscrever suas ações sob um discurso que simula virtudes a partir de objetivos escusos:

nesse período de dispersão e de hesitação, quando o nosso movimento ainda está ganhando forma, nada mais fácil do que arrastar demagogicamente a multidão, que só a partir das experiências mais amargas poderá, depois, convencer-se do erro em que incorreu. (p. 185)

Tragicamente, o tempo não está ao nosso lado para que um tipo de conduta desse

tipo seja revertido sem causar maiores consequências. Em um cenário em que as organizações sociais de esquerda tenham condições de assumir o poder, mas se limitem a administrar o modo de produção estabelecido – que, por sua vez, caminha diretamente para a ruína ambiental e social –, revelam-se as condições para que rompa uma forte aversão das pessoas a esse eixo político. Considerando que teremos que lidar com um mundo com recursos cada vez mais escassos e difíceis de serem acessados por amplas massas da população, e que essas circunstâncias extremas tendem a se aprofundar, podemos caminhar fatalmente em direção à proliferação de movimentos fascistas como resposta deliberada à essa reificação política e ao estado de coisas hediondo a ser desencadeado pelas mudanças climáticas em curso.

Referências

Burkett, P. (1999). *Marx and nature: a red and green perspective*. St. Martin's Press.

Burkett, P. (2006). Two Stages of Ecosocialism? *International Journal of Political Economy*, 35(3).

Correa, H., Sá Barreto, E., & Leite, L. (2021). A morte lhe cai bem: capitalismo em crises e imperialismo. *Revista fim do mundo*, (6).

Fernandes, S. (2020). *Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa*. Editora Planeta do Brasil.

Foster, J. B. (2005). *A ecologia de Marx*. Civilização Brasileira.

Foster, J. B. (2002). *Ecology against capitalism*. Monthly Review Press.

Gaspar, F. A. R. (2021). *Ecosocialismo e sustentabilidade* [Dissertação de Mestrado, Estudos de Desenvolvimento, Instituto Universitário de Lisboa].

IPCC. (2018). *Global warming of 1.5 C: An IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5 °C above pre-industrial levels*. IPCC.

Lenin, V. (2015). *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Expressão Popular.

Löwy, M. (2018). *Mensagem ecológica ao camarada Marx*. Cadernos Cemarx, (11).

Löwy, M. (2014). *O que é o ecosocialismo?* Cortez Editora.

Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo Editorial.



Malm, A. (2020). *Corona, climate, chronic emergency: war communism in the twenty-first century*. Verso.

Malm, A. (2017). *Revolution in a Warming World: Lessons from the Russian to the Syrian Revolutions*. Socialist register.

Marx, K. (2017). *O capital: crítica da Economia Política*. Livro III. Boitempo Editorial.

Medeiros, J. L., & Sá Barreto, E. (2013). Lukács e Marx contra o “ecologismo acrítico”: por uma ética ambiental materialista. *Economia e Sociedade*, 48(2), (22).

Saito, K. (2021). *O ecossocialismo de Karl Marx*. Boitempo Editorial.

Sá Barreto, E. (2014). As múltiplas dimensões da exigência imposta à esfera do consumo pela dinâmica do capital: elementos para o debate ambiental. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, (37).

Sá Barreto, E. (2020). Crise climática e o Green New Deal: uma primeira aproximação crítica. *Revista Fim do Mundo*, (2).

Sá Barreto, E. (2015). Marx contra a fantasia “coaseana”: uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono. *Marx e o marxismo*, 3(5).

Sá Barreto, E. (2016). Marx contra o otimismo tecnológico: economia “imaterial” desmistificada e desdobramentos para as questões ambientais. *Nova Economia*, 26(1).

Sá Barreto, E. (2021). Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo geológico. *Economia e Sociedade*, 30(1), [71].

Sá Barreto, E. (2018). *O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas*. Rio de Janeiro: Consequência.